

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.227 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2001

Congresso instala hoje a sessão extraordinária

O senador Antonio Carlos Magalhães preside hoje, às 16 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, a instalação solene da sessão legislativa extraordinária, convocada pelo presidente da República, que se estende até 14 de fevereiro. Estarão na pauta 75 medidas provisórias, muitas já reeditadas, outras assinadas nos últimos dias.

PÁGINA 3



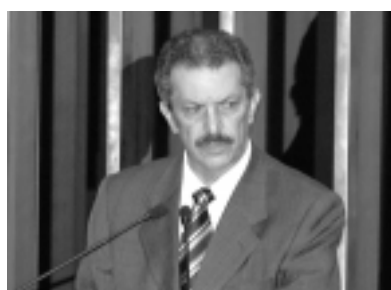
Antonio Carlos Magalhães convocou para hoje a sessão solene de instalação do período extraordinário de trabalhos do Congresso Nacional



Álvaro: STF receberá informações sobre a quebra de sigilo bancário

CPI do Futebol quer garantir quebra de sigilo

PÁGINA 7



Romeu Tuma: objetivo da CPI é chegar aos receptadores

Viagens agilizarão investigações sobre roubo de cargas

PÁGINA 5



Amir Lando foi o relator-geral da proposta orçamentária para 2001

Lando defende as emendas ao Orçamento

PÁGINA 2

Medicina quântica é tema de entrevista

A TV Senado reapresenta hoje, às 11h, entrevista realizada por Fernando Cesar Mesquita e Marilena Chiarelli com os médicos Victor Mattos e Nelson Modesto. Eles falam sobre técnicas da medicina quântica para o tratamento inclusive do câncer.

PÁGINA 6

Emendas não devem ser desprezadas, afirma Lando

Relator-geral do Orçamento cobra a mudança de uma prática antiga: “O governo envia previsão de receitas subestimada ao Congresso, os parlamentares fazem a correção e o Executivo contingencia os gastos”

O aumento de 16,1% na arrecadação federal no ano passado, comparando-se com 1999, mostra que o Congresso não exagerou ao prever uma arrecadação de R\$ 11,3 bilhões maior que a estimativa enviada aos deputados e senadores pelo Executivo, conforme o relator-geral do Orçamento 2001,



Amir Lando considera acertada a decisão de corrigir receita estimada

senador Amir Lando (PMDB-RO). “Todo ano é a mesma coisa: o governo envia uma previsão de receitas subestimada ao Congresso, os parlamentares fazem a correção e o Executivo contingencia os gastos. No decorrer do ano, fica comprovado que o Congresso estava correto”, observou.

A Secretaria da Receita Federal anunciou nos últimos dias que foram arrecadados no ano passado exatamente R\$ 24,5 bilhões a mais que em 1999. “Neste ano, a arrecadação federal deverá subir mais que os R\$ 11,3 bilhões acrescentados pelos congressistas, pois estão em vigor três projetos de combate aos

sonegadores”, acrescentou Amir Lando.

Nota técnica preparada pelas consultorias de Orçamento e Fiscalização do Senado e da Câmara revela que nos últimos três anos o Executivo subestimou a previsão de receitas de impostos e contribuições. Em 1998, a diferença entre a proposta orçamentária

do Executivo e o Orçamento executado chegou a R\$ 4,1 bilhões (receitas correntes). Em 1999, o valor pulou para R\$ 12,3 bilhões.

Os números de 2000 ainda não estão fechados pela Secretaria do Tesouro Nacional, mas o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, anunciou em entrevista à imprensa que só os impostos e contribuições sob sua responsabilidade aumentaram R\$ 24,5 bilhões, comparando-se com 1999 – um crescimento de 16,1%. Para 2001, o Executivo previu no projeto orçamentário encaminhado ao Congresso uma receita não-financeira de R\$ 268,89 bilhões e o comitê de receitas da Comissão Mis-

ta de Orçamento elevou o valor para R\$ 280,23 bilhões – um acréscimo de R\$ 11,34 bilhões. Os economistas do Congresso fizeram um estudo mostrando que só as leis de combate à sonegação devem levar aos cofres federais pelo menos R\$ 9 bilhões. Eles acreditam ainda que a cobrança da dívida ativa da União ficará em R\$ 1 bilhão acima da estimativa do governo, enquanto alguns impostos e contribuições renderão mais que o previsto pela equipe econômica.

O Executivo anunciará a qualquer momento, conforme notícias dos jornais, um contingenciamento nos gastos federais para este ano em aproximadamente R\$ 8 bilhões. “A lei dá este poder de contingenciamento ao presidente da República. No entanto, o Congresso vai acompanhar detidamente o comportamento das receitas da União. Se os números mostrarem que os congressistas estavam corretos ao prever receitas mais elevadas, o Executivo não poderá jogar no lixo as emendas que os parlamentares fizeram no Orçamento. Aliás, isso faz parte de um acordo que fizemos com o Palácio do Planalto”, afirmou Amir Lando.

Alcântara propõe seguro obrigatório para eventos

Para evitar que o público presente a grandes eventos, como a final da Copa João Havelange, fique desprotegido, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto de lei que torna obrigatório o seguro contra danos pessoais em espetáculos de massa, como jogos de futebol e shows musicais.

A proposta, apresentada por Lúcio Alcântara em 1999, altera a lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, de 1966, incluindo entre os seguros obrigatórios os danos pessoais causados a participantes e espectadores de eventos de massa, em ambientes fechados ou não, em que seja cobrado o ingresso. O dispositivo passa a



Alcântara é autor da proposta que protege o público nos eventos

integrar a lista de seguros obrigatórios, que protegem passageiros de aviões, vítimas de acidentes de automóveis e edifícios e os tomadores de crédito rural.

– Estamos preocupados com aquelas pessoas que, no afã da busca do lazer ou da cultura, vêm-se, não muito raro, surpreendidas por acidentes nos locais onde se realizam espetáculos – afirma o senador Lúcio Alcântara, que acredita que a medida não implicará aumentos significativos nos preços dos ingressos. A proposta tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o relator é o senador Wellington Roberto (PMDB-PB).

Projeto de Antero estimula oferta de emprego a jovens e maiores de 40

Está pronto para ser votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto de lei do senador Antero de Barros (PSDB-MT) que prevê estímulos às empresas que contratarem jovens entre 18 e 25 anos e pessoas com mais de 40 anos. A proposta prevê a redução dos encargos sociais pagos pelos empregadores por períodos que podem chegar a dois anos, desde que haja aumento do número de empregados em suas empresas e que os beneficiados pelo projeto não ultrapassem a marca de 20% do total do quadro.

A redução de encargos corresponderá a 75% da alíquota da

contribuição destinada ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a 50% das alíquotas das contribuições destinadas ao salário-educação, ao financiamento do seguro de acidentes de trabalho e ao chamado Sistema S – que inclui os Serviços Sociais da Indústria, do Comércio e do Transporte (Sesi, Sesc e Sest), além dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem Industrial, Comercial e do Transporte (Senai, Senac e Senat).

– A redução de encargos proposta é bastante viável, já que praticamente não afeta os recursos do Orçamento da Seguridade Social, inequivocamente escassos, além de



Antero de Barros sugere redução dos encargos pagos pelo empregador

contribuir para a necessária diminuição do elevado nível de encargos sociais no Brasil – explicou o senador Antero de Barros.

Para que venham a ser beneficiados pelo projeto, os trabalhadores deverão estar cadastrados como solicitantes de emprego junto ao Sistema Nacional de Emprego (Sine). A relação dos trabalhadores contratados segundo as normas da proposta deverá ser apresentada anualmente pelas empresas ao Ministério do Trabalho.

Tebet defende pena maior para promotores de brigas de animais

A pena para quem coloca animais – galos, cães e canários – para lutar em rinhas poderá aumentar em dois terços. É o que prevê projeto de lei de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que dobra a punição caso o animal venha a morrer no confronto. O projeto já foi aprovado pelo Senado e enviado à Câmara dos Deputados.

Para justificar a iniciativa, Tebet invocou a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, o artigo 225 da Constituição (que garante o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado) e o dever do Estado em

defendê-lo e preservá-lo.

O senador explicou que, antes de a Lei nº 9.605/98 estabelecer sanções para atividades lesivas ao meio ambiente, a promoção ou realização de brigas entre animais era julgada pelos tribunais de acordo com a lei das contravenções penais.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2001

PLENÁRIO

16h – Sessão do Congresso Nacional
Pauta: Instalação dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, que irá de 29 de janeiro a 14 de fevereiro de 2001. Plenário da Câmara dos Deputados

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso inicia sessão legislativa extraordinária

Instalação solene ocorre hoje, às 16h, sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães. Até o dia 14 de fevereiro, estarão em pauta medidas provisórias editadas pelo presidente da República

O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, convocou para hoje, às 16h, sessão solene para instalação da sessão legislativa extraordinária, convocada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para apreciação de medidas provisórias (MPs). A reunião acontece no plenário da Câmara dos Deputados.

No período que se estende até o dia 14 de fevereiro, o Plenário do Senado terá apenas sessões não deliberativas, nos horários determinados pelo Regimento Interno, ou seja, às 14h de segunda a quarta-feira, às 10h das quintas-feiras e às 9h das sextas. Porém, esses horários podem ser alterados caso seja convocada para o mesmo período sessão deliberativa do Congresso Nacional, que terá na pauta 75 MPs. A previsão é de que aconteçam três sessões do Congresso por semana durante a convocação extraordinária.

Durante a convocação, a comis-

são representativa do Congresso, que atua nos recessos parlamentares, continuará funcionando normalmente, tratando de assuntos ligados à defesa das prerrogativas do Legislativo — só não pode discutir e aprovar projetos de lei. As comissões permanentes do Senado, por sua vez, como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), não devem se reunir no período, a não ser que o presidente da República inclua na convocação matérias em tramitação no Senado, por meio de nova mensagem ao Congresso.

Por outro lado, as comissões mistas (formadas por senadores e deputados) instituídas para apreciar as MPs devem realizar diversas reuniões deliberativas no período. Com a reedição das MPs, ficam convalidados os pareceres e as emendas já apresentados e aprovados pelas comissões, assim como a composição das comissões mistas. Os prazos de

cada comissão, porém, são reabertos. Dessa forma, novas emendas podem ser apresentadas.

Esta será a 4ª sessão legislativa extraordinária da 51ª legislatura do Congresso. Nas outras três, o presidente também convocou o Congresso, para apreciar projetos de lei que tramitavam na Casa e para tratar das competências privativas a que se refere o art. 52 da Constituição, ou seja, examinar indicações de autoridades e deliberar sobre pedidos de operações de crédito da União, estados e municípios, entre outras matérias.



Antonio Carlos convocou para hoje a sessão solene de instalação do período extraordinário



Congresso Nacional vai realizar a 4ª sessão legislativa extraordinária da 51ª legislatura, para apreciar 75 medidas provisórias

Regulamentação de MPs pode evitar convocações durante o recesso

A convocação extraordinária do Congresso Nacional, hoje praticamente obrigatória no início de cada ano, poderá ser evitada no futuro com a eventual aprovação, pelo Congresso Nacional, da emenda constitucional que regulamenta a edição de medidas provisórias. A proposta, que aguarda votação na Câmara, limita a edição de MPs.

De acordo com a Constituição, o presidente da República é obrigado a convocar extraordinariamente o Congresso — quando este estiver em recesso — cinco dias após a publicação de uma medida provisória. Como as atuais medidas provisórias têm validade de 30 dias e o recesso parlamentar dura aproximadamente dois meses, o governo não tem outra alternativa senão a de convocar extraordinariamente deputados e senadores em janeiro.

A emenda constitucional que tramita na Câmara — depois de ser aprovada pelo Senado — estabelece que as medidas provisórias perderão eficácia se não forem convertidas em lei no prazo de 60 dias, prorrogável uma vez por igual período, a partir de sua publicação. A contagem do prazo, além disso, será suspensa durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

A primeira versão da emenda constitucional, apresentada pelo então senador Esperidião Amin

(PPB-SC), foi aprovada pelo Senado e enviada à Câmara em 1997. Um substitutivo foi acolhido pela Câmara e mandado ao Senado. De volta à Casa de origem, a proposta sofreu novas alterações. Um substitutivo elaborado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) foi então aprovado em plenário e submetido à Câmara.

Este último texto acolhido pelos senadores é que tramita na Câmara desde dezembro de 1999. Em abril do ano passado, comissão especial aprovou substitutivo elaborado pelo deputado Roberto Brant (PFL-MG), que acolheu oito emendas ao texto enviado pelo Senado. A matéria está pronta para votação na Câmara e, caso seja aprovada em dois turnos, será mais uma vez apreciada pelos senadores.

De acordo com o texto aprovado pela comissão especial, o Executivo não poderá editar medidas provisórias a respeito de temas como diretrizes orçamentárias, Direito Penal e nacionalidade. Também não serão permitidas medidas que se destinem à “detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou de qualquer outro ativo financeiro”.

Atualmente, as medidas provisórias são apreciadas em sessões conjuntas do Congresso Nacional. De acordo com o texto em tramitação, elas passarão a ser apreciadas separadamente nas duas Casas. A votação das medidas começará alternadamente na Câmara ou no Senado. E caberá a uma comissão mista de deputados e senadores examinar as medidas e emitir parecer sobre elas, antes que venham a ser apreciadas pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso.

Pauta prevê apreciação de 75 medidas provisórias

O *Diário Oficial* da União publicou na sexta-feira 31 medidas provisórias reeditadas pelo presidente da República, o que motivou a convocação extraordinária do Congresso a partir de hoje. Por lei, quando há edição ou reedição de uma MP no período de recesso do Congresso, os deputados e senadores são convocados extraordinariamente em cinco dias, para apreciação das medidas.

Existem 75 MPs em vigor. A maior parte trata de assuntos econômicos e da administração pública, algumas com mais de 80 reedições, entre elas a que criou o real. Fazem parte da lista a medida provisória que faculta ao empregado doméstico o acesso ao FGTS e ao seguro-desemprego e a que autoriza parentes a proibir a retirada de órgãos de pessoas que em vida não fizeram declaração em contrário.

O Congresso normalmente tem votado MPs sobre as quais exista acordo entre os partidos. O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), fará negociações com os líderes quanto às MPs desta convocação extraordinária. Por falta de acordo, dezenas de MPs são reeditadas a cada 30 dias pelo presidente da República.

Criado pela Constituição de 1988 para permitir ao presidente da Re-

pública tomar medidas de caráter relevante e urgente, com vigência imediata, o instituto da medida provisória já foi usado 583 vezes. O Congresso aprovou 429 delas e rejeitou outras 21. O presidente da República revogou 28 e 29 perderam eficácia. Contando as reedições, o número é multiplicado por quase dez vezes, chegando a 5.625.

Às vezes, as reedições trazem assuntos diversos da medida original. A MP 2.088, por exemplo, que trata dos casos de improbidade do servidor público, foi reeditada com dispositivos que punem com multa de até R\$ 151 mil os procuradores que entrarem com ações judiciais consideradas improcedentes. Agora, está sendo reeditada, retirando o valor da multa.

Nos últimos anos, os partidos políticos vêm tentando um acordo para limitar o uso desse instrumen-

Legislativo já aprovou 429 MPs e rejeitou 21

Governo	José Sarney	Fernando Collor	Itamar Franco	Fernando Henrique Cardoso 1º Governo	Fernando Henrique Cardoso 2º Governo	Total
	Originárias	125	87	141	160	
Reeditadas	22	73	364	699 *	135 *	5.045
Convertidas	109	66	119	82	53	429
Revogadas	2	5	5	11	5	28
Sem eficácia	5	5	15	3	1	29
Rejeitadas	9	11	—	1	—	21
Em tramitação	—	—	2	40	33	75
Editadas	147	160	505	2.609	2.205	5.625

* Reedições de medidas de governos anteriores

Fonte: Presidência da República (Internet). Atualizado até 15/1/2001

to. Encontra-se na Câmara uma PEC já votada pelos senadores cuja idéia central é dar prazo de 60 dias para que o Congresso se pronuncie sobre uma MP, prevendo apenas uma reedição. Caso não haja votação nesse prazo, o documento perderá sua eficácia. Hoje, uma MP tem validade por 30 dias, devendo ser reeditada pelo presidente da República se não for votada pelo Congresso. No entanto o texto da proposta já recebeu várias modificações na Câmara e não há acordo partidário para sua votação.

Correção da tabela do IR seguirá para a Câmara

Proposta de Paulo Hartung prevê reajuste anual de valores utilizados no cálculo do imposto, com base na Unidade Fiscal de Referência (Ufir)

A Câmara dos Deputados deve receber no início da próxima sessão legislativa projeto de autoria do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que reduz o Imposto de Renda descontado na fonte dos assalariados e eleva os limites de dedução por gastos com educação e saúde. O projeto determina a



Projeto de Hartung foi aprovado em caráter terminativo pela CAE

atualização das tabelas do IR já para a declaração do ano 2001 com base no ano fiscal de 2000, mas, como não foi aprovado até

o final da sessão legislativa passada, valerá para as declarações de 2002, caso seja aprovado na Câmara (ou no Senado, na hipótese de a Câmara modificá-lo).

O projeto de Hartung foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas está na Mesa aguardando o fim do prazo para recursos, antes de seguir para a Câmara. Se pelo menos um décimo dos senado-

res recorrer da decisão da CAE, o Plenário do Senado votará a matéria mais uma vez.

A proposta de Hartung prevê a correção anual com base na Unidade Fiscal de Referência (Ufir), hoje utilizada somente para corrigir as dívidas dos contribuintes com a Receita Federal. As tabelas para a próxima declaração serão corrigidas em 28,4%. Um dos efeitos, nessa hipótese, é que os contribuintes que recebem R\$ 1,1 mil passariam a ficar isentos do desconto mensal do IR. Hoje esse limite é de R\$ 900.

— O governo está promovendo tributação disfarçada — diz Hartung.

Projeto de Carlos Patrocínio tipifica crime de fraude em concurso

A fraude em concursos públicos poderá ser punida com penas de um a três meses de detenção. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), deverá ser decidido em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O senador inspirou-se no fato de que, freqüentemente, os jornais noticiam a expulsão, dos exames vestibulares, de candidatos apanhados com aprimorados métodos de "cola", muitas vezes utilizando aparelhos eletrônicos.

Patrocínio disse que várias quadrilhas de criminosos já se aproveitaram do desespero de candidatos incautos para lhes oferecer meios fraudulentos de passar nas provas. E argumentou que, mesmo quando capturadas, essas quadrilhas escapam à ação da Justiça, porque suas faltas não estão legalmente tipificadas como crimes.

Carlos Patrocínio disse que objetiva prevenir "essa inaceitável situação de impunidade". Seu projeto dá a seguinte tipificação penal para o que hoje é apenas uma ação imoral: "fraudar concurso público, transmitindo ou obtendo informações de forma irregular, durante prova ou exame, mediante a utilização de aparelhos eletrônicos ou quaisquer outros".

Pelo projeto, constitui agravante o fato de o crime ter sido praticado com intuito de lucro. A pena passa a ser de seis meses a um ano de detenção, além de multa, se o fato não configurar crime mais grave.



Patrocínio pretende coibir ação de quadrilhas que exploram candidatos

Heloísa propõe perdão para dívidas de países pobres com o Brasil

Encontra-se tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que propõe o perdão das dívidas de países que têm Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* menor que o brasileiro. A proposta, explica a senadora, surgiu a partir da campanha Jubileu 2000, que reúne várias igrejas, organizações não-governamentais, movimentos sociais e políticos do mundo inteiro, e da convicção de que não é possível criar expectativas de desenvolvimento sem o cancelamento da dívida.

Heloísa Helena explicou que o montante de recursos que o Brasil tem emprestado a países com PIB *per capita* menor que o brasileiro não ultrapassa o total de US\$ 3 bilhões, enquanto a dívida externa brasileira chega a US\$ 240 bilhões. Ela disse ainda que essas dívidas têm um impacto muito significativo na economia dos países devedores, comprometendo sua capacidade de investimento e até de pagamento dessas dívidas.

— Concedendo a remissão total destes débitos, o Brasil dá uma demonstração prática de seu compromisso com a criação de uma nova ordem econômica mundial e habilita-se, política e moralmente, a pleitear um novo tratamento para sua própria dívida externa — afirma a senadora.



Heloísa: perdão habilitaria o Brasil a pleitear novo tratamento para dívida

Jader: recursos de Tucuruí podem nivelar rio Tocantins

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) apresentou projeto de lei que destina o dinheiro da privatização da usina hidrelétrica de Tucuruí (PA) à conclusão das obras que compõem o sistema de transposição de desnível do rio Tocantins. O projeto está sendo analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e o relator é o senador



Jader Barbalho pretende estabelecer destino para o dinheiro da privatização

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Jader lembrou que a construção da barragem da usina de Tucuruí dividiu o rio Tocantins, ocasionando um desnível de 72 metros. Interessado em ver recuperadas as condições de navegabilidade, prejudicadas pela obra, o senador peemedebista resolveu propor a aplicação das verbas arrecadadas com a privatização da hidrelétrica à conclusão de duas eclusas e de um canal intermediário no rio.

Segundo o senador, o custo global dos serviços de correção do

desnível do rio, paralisados diversas vezes, foi estimado em R\$ 375 milhões. Jader acrescentou que a União pretende vender a usina em um único bloco de ações, com preço mínimo estimado em US\$ 1 bilhão. O grupo adquirente da hidrelétrica também teria a obrigação de concluir as obras de Tucuruí 2,

orçadas em R\$ 750 milhões.

— Dentro de uma visão estratégica de desenvolvimento regional, de uma política de desconcentração industrial e de criação de corredores de exportação alternativos, é imprescindível a recuperação da navegabilidade do rio Tocantins — disse Jader Barbalho.

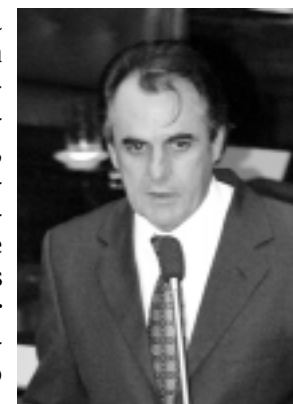
Integrado à bacia hidrográfica das regiões Norte e Centro-Oeste, o rio terá papel fundamental, acredita Jader, no processo de pleno aproveitamento econômico do potencial florestal, agropecuário e mineral no vale Tocantins/Araguaia.

Porto sugere programa para pequenos produtores rurais

O Senado poderá criar este ano um Programa de Financiamento da Casa Própria Rural (Proficar), para atender miniprodutores, pequenos produtores e trabalhadores rurais com renda familiar inferior a dez salários mínimos. Projeto nesse sentido, de iniciativa do senador Arlindo Porto (PTB-MG), aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos.

Preocupado com a urbanização brasileira e com as desigualdades sociais e regionais que ela acarreta, o parlamentar disse que o inchaço das cidades tem aumentado a demanda por habitação e serviços de saneamento. Ele observou que, ao migrar para a cidade, o homem do campo aumenta o déficit habitacional, mas no meio rural ele também não encontra qualquer atrativo para ficar.

Por isso, Arlindo Porto consi-



Porto está preocupado com a urbanização acelerada do país

dera essencial a criação de uma política básica, que destine recursos à construção, aquisição e reforma de moradias. Seu projeto permite que as sociedades cooperativas interessadas em construir habitações para comunidades rurais possam contratar empréstimos desse programa, com prazo de até 25 anos.

RECURSOS

O texto define como recursos do Proficar aqueles oferecidos pelo sistema de poupança administrado pelas agências oficiais de fomento e pela lei orçamentária anual de cada exercício. Arlindo Porto quer que a União destine recursos do orçamento da seguridade social para gastos em ações de saneamento rural que visem a complementar as ações implementadas no âmbito do Proficar.

Projetos da reforma política voltam à CCJ

A comissão irá agora analisar as emendas apresentadas às propostas de financiamento público de campanhas e de fidelidade partidária

Os projetos que prevêem o financiamento público de campanhas eleitorais e o fortalecimento da fidelidade partidária voltaram à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para análise de emendas apresentadas em plenário. Ambos haviam sido aprovados originalmente em caráter terminativo pela comissão.

Recurso para que as duas propostas passem pelo Plenário foi apresentado por 11 senadores. Sem o recurso, seguiriam diretamente para a Câmara dos Deputados. Os projetos receberam emendas que serão relatadas pelos senadores José Jorge (PFL-PE) e Álvaro Dias (PSDB-PR).

A CCJ decidiu por unanimidade – 13 votos a zero – tornar exclusivamente público o financiamento das campanhas eleitorais. O texto aprovado veda a partido e candidato receber “direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro” proveniente de pessoa física ou jurídica.

Nos anos em que se realizarem

eleições, segundo o projeto apresentado pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE), as dotações orçamentárias para o Fundo Partidário levarão em conta a quantia de R\$ 7 por eleitor alistado pela Justiça Eleitoral. Do montante arrecadado, 1% será encaminhado em parcelas iguais a todos os partidos políticos. Os 99% restantes serão destinados aos partidos de forma proporcional à dimensão de suas bancadas.

No cálculo da proporcionalidade, será levada em conta a filiação dos candidatos eleitos no momento do pleito. Com isso, procura-se evitar que as mudanças de partido após as eleições tenham influência sobre a distribuição dos recursos públicos entre os partidos.

A CCJ também acolheu parecer favorável ao projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que se destina a evitar a troca de partido por candidatos eleitos. De acordo com a proposta, os candidatos a cargos eletivos que já tenham pertencido a outro partido precisarão estar filiados por pelo menos quatro anos à sua



O financiamento público das campanhas eleitorais está previsto em projeto de Sérgio Machado

agremiação para poderem concorrer às eleições. Se houver mudança de partido após a eleição, o candidato não poderá então participar do pleito seguinte.

O projeto aprovado mantém em um ano o prazo de filiação partidária dos candidatos que nunca tenham pertencido a outro partido. Exclui ainda do prazo mínimo de quatro anos de filiação os candidatos que tenham saído de seus partidos em caso de fusão de legendas ou para participar, como fundadores, de novo partido político.

CPI do Roubo de Cargas discutirá viagens para agilizar investigação

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país deve fazer sua primeira reunião de trabalho deste ano em 15 de fevereiro. Na pauta, a discussão de 12 viagens a diversas cidades do país para agilizar as investigações.

Instalada em maio de 2000, a CPI realizou 20 audiências públicas, ouvindo mais de 40 depoentes. Além disso, visitou, para diligências, Campinas (SP), São Paulo (SP), São Luís (MA) e Recife (PE). A comissão foi criada em decorrência do trabalho da CPI do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, e é uma resposta ao crescimento do roubo de cargas. Segundo as entidades ligadas ao setor de transporte de cargas, os prejuízos causados por esse tipo de crime chegam a meio bilhão de reais por ano.

De acordo com o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da comissão, “há grande expectativa de que a CPI alcance seu objetivo, que é atingir os receptores”. Eles seriam os



Romeu Tuma: há grande expectativa de que a CPI chegará aos receptores

mentores e financiadores das quadrilhas que operam no desvio de cargas. Segundo o senador, a comissão estendeu suas investigações para lavagem de dinheiro e também desmanche de caminhões, pelo envolvimento com roubo de cargas. A pedido do relator, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), a CPI teve seu prazo de funcionamento aumentado por mais um ano.

Acusado de chefiar uma das maiores quadrilhas de tráfico de drogas e roubo de cargas do país, com sede em Campinas e ramificações por vá-

rios estados, o empresário Wiliam Sozza foi acareado pela CPI com o detento Jorge Méres. Participante do programa de proteção às testemunhas, Méres, que trabalhou como motorista do empresário, confirmou as acusações. Sozza recusou-se a responder. Segundo Romeu Tuma, há “fortes indícios” de que Sozza comanda o roubo de cargas no país. Tuma revelou que o empresário vem sendo ameaçado de morte na cadeia, em São Paulo, por traficantes.

Em São Paulo, onde ocorre pelo menos a metade dos roubos em rodovias, a comissão confrontou os depoimentos de policiais ligados ao Departamento de Crimes contra o Patrimônio (Depatri) com o do presidiário Sálvio Barbosa Vilar, que os acusara de participar de envolvimento com o crime organizado. Sálvio, preso em Brasília, revelou que a quadrilha formada por policiais paulistas realizava incursões em Minas Gerais e no Nordeste. Como resultado da acareação, dois policiais tiveram prisão decretada, imediatamente, por mentir aos parlamentares da CPI.

Novos presidentes do Senado e Câmara serão eleitos em 14 de fevereiro

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e do Senado, Antonio Carlos Magalhães, marcaram para 14 de fevereiro, à tarde, as sessões para eleição, por voto secreto, dos novos presidentes e demais integrantes das Mesas das duas Casas. A intenção é impedir que o resultado em uma das Casas possa influenciar a votação na outra.

O Regimento Interno do Senado não fixa data nem horário para a eleição, limitando-se a exigir que se realize durante o mês de fevereiro, em data a ser marcada pelo presidente da Casa. Qualquer senador pode lançar seu nome à presidência ou a qualquer um dos demais seis cargos da Mesa – 1º e 2º vices e 1º, 2º, 3º e 4º secretários – independentemente de indicação do partido político. A tradição, porém, é reservar o lugar de presidente do Senado para um representante da maior bancada na Casa, com os demais cargos sendo preenchidos de acordo com a composição partidária.

Atualmente, o PMDB tem a

maior bancada no Senado, com 26 integrantes, seguido do PFL, com 21, do PSDB, com 14, e do Bloco Oposição, com 10. Os demais partidos – PPS, PSB, PPB e PTB – não devem fazer parte da Mesa, por terem bancadas muito pequenas.

O PMDB já anunciou que realizará amanhã, às 10h, reunião de sua bancada no Senado para escolher o candidato ao cargo de presidente. A Executiva do partido reúne-se às 16h para homologar o nome escolhido e recomendar aos senadores que a decisão represente a unanimidade do partido. Em plenário, entretanto, a votação é secreta.

Na prática, nada impede que outros senadores lancem candidaturas avulsas, para disputar com o candidato do PMDB, até o início da sessão de votação, inclusive do próprio PMDB. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) admite candidatar-se, representando o Bloco Oposição. Na hipótese de várias candidaturas, haverá nova eleição caso nenhum dos nomes obtenha a maioria absoluta dos 81 senadores.

Comissão examina proposta que proíbe o uso de armas químicas

Está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que estabelece sanções administrativas e penais para quem realizar atividades vedadas pela convenção internacional sobre a proibição do desenvolvimento, produção, estocagem e uso de armas químicas e sobre a destruição dessas armas existentes no mundo.

De iniciativa do presidente da República, o projeto pune empresas e pessoas que fizerem uso de armas químicas ou realizarem atividades que envolvam a pesquisa, produção, estocagem, aquisição, transferência, importação ou sua exportação ou de substâncias químicas abrangidas pela convenção internacional. Com parecer favo-

rável do senador Romeu Tuma (PFL-SP), a proposição também pune quem contribuir, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, para o uso de armas químicas ou para a realização, no Brasil ou no exterior, dessas atividades. A pena prevista é de reclusão de um a dez anos.

As penalidades administrativas vão desde a simples advertência até a aplicação de multas que variam de R\$ 5 mil a R\$ 50 mil. A penalidade seria aplicada depois de apurada a infração em processo administrativo. São consideradas infrações administrativas a omissão, a imprecisão de informações e a não colaboração com a Comissão Interministerial para Assuntos relativos à Convenção Internacional.

TV Senado já começou a operar com sinal aberto

Aproximadamente 2 milhões de telespectadores do Distrito Federal passaram a ter acesso à emissora sem precisar pagar pela instalação de antenas parabólicas ou de serviços de televisão a cabo. Sinal deve ser estendido a todo o país

SENADO FEDERAL
UM CANAL ABERTO COM O CIDADÃO

Se você é de Brasília
sintonize o novo canal aberto 51 UHF

Se você não é de Brasília
sintonize a TV Senado através de antena
parabólica com sinal analógico na frequência
de 4130 MHz via BRASISAT B1

A TV Senado continua disponível também
nas operadoras de TV por assinatura do país
(Sky, Net, Direct TV e Tec Sat).

51
TV SENADO

Desde o dia 12 de dezembro, a TV Senado transmite sua programação em canal aberto, o 51, para todo o Distrito Federal na faixa de UHF. Cerca de 2 milhões de telespectadores passaram a ter acesso às imagens da emissora sem a necessidade de recorrer a canais a cabo ou antenas parabólicas.

Em etapa posterior, o sinal poderá ser retransmitido para os mais de 5 mil municípios brasileiros. Com esse objetivo, estão sendo firmados convênios com câmaras municipais e prefeituras para a instalação de retransmissoras – 500 municípios já demonstraram interesse

no serviço. Enquanto os convênios não são assinados, a população das demais regiões terá o sinal analógico de satélite como opção mais econômica para sintonizar a TV Senado. Esse sinal, captado por meio de antena parabólica, está disponível desde 19 de novembro.

A inauguração do canal 51 ocorreu em solenidade realizada na sede do novo transmissor, localizado no km 0,6 da DF-001 Sul, próximo ao Posto Colorado, acima do Lago Norte. Estiveram presentes os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, que inaugurou a transmissão em sinal aberto da TV Câmara para o Distrito Fede-

ral, por meio do canal 27.

A sintonia do canal 51 ocorre de forma automática, exceto para aparelhos muito antigos, que exigem a instalação de um sintonizador de UHF. O transmissor da TV Senado, com potência de 160 quilowatts, oferecerá imagem e som da melhor qualidade, dizem os técnicos da TV. Eles observam apenas que, como em toda transmissão por sinal aberto, o resultado final fica sujeito à distância entre o aparelho receptor e a torre.

O sinal aberto para a TV Senado permitirá ampliar o acesso dos cidadãos brasileiros às atividades da Casa. Com a mesma finalidade, será implantada, provavelmente até o final deste ano, a Universidade do Legislativo.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – *As Cores do Mundo: Marrocos*
6h30 – *Debate: Saneamento básico e moradia*
7h30 – *Entrevista: Sen. Leopoldo Fernández, presidente do Senado da Bolívia*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *De coração: Recentes novidades sobre o infarto do miocárdio*
9h – *As Cores do Mundo: Marrocos*
9h30 – *Entrevista: Sen. Leopoldo Fernández, presidente do Senado da Bolívia*
10h – 1º Fórum Espírito e Ciência “O Cristo Social” – Fernando Salazar Banol
11h – *Entrevista: Especial medicina quântica – Drs. Victor Mattos e Nelson Modesto*
12h30 – *Revista Brasília*
13h30 – *Debate: Saneamento básico e moradia*

14h30 – Sessão Plenária (vivo)
18h30 – *Quem tem medo da música clássica? – Os Regentes – nº 16*
19h30 – *Debate: Saneamento básico e moradia*
20h30 – *Entrevista: Sen. Leopoldo Fernández, presidente do Senado da Bolívia*
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

Música e informação o dia todo
16h – Sessão do Congresso Nacional
19h – *Voz do Brasil*
20h – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Especialistas vêm na medicina quântica uma saída para tratamento do câncer

Ainda não há estatísticas e os resultados são experimentais, mas algumas técnicas da medicina quântica já estão demonstrando eficiência na cura de determinadas doenças, inclusive do câncer. A informação foi dada pelos médicos Victor Mattos e Nelson Modesto, em entrevista aos jornalistas Fernando Cesar Mesquita e Marilena Chiarelli, na TV Senado. O programa foi ao ar no sábado e no domingo, e será reprisado hoje, às 11h.

O assunto foi debatido pela segunda vez na TV Senado. Na primeira oportunidade, o tratamento do tema resultou, segundo Victor Mattos, em quase 3 mil e-mails de telespectadores interessados em detalhes sobre a medicina quântica.

– Mesmo sendo um assunto complexo, ele tem despertado a curiosidade de profissionais médicos e da sociedade – afirmou o médico, que é bioengenheiro e precursor da medicina quântica no Brasil.

Mattos e Modesto explicaram que, apesar dos resultados positivos – como a cura de um câncer de mama em uma paulistana através da terapia eletromagnética –, a medicina quântica não representa uma alternativa à medicina tradicional, mas uma complementação.

– Ela pode ser descrita como uma metodologia de abordagem física sobre a vida humana e a saúde das pessoas, elaborada a partir dos elementos minerais e metálicos presen-



Modesto e Mattos disseram em entrevista à TV Senado que é crescente o interesse que o tema desperta junto aos médicos e à sociedade

tes na célula, ou seja, a interpretação das doenças é feita sobre a constituição do átomo de cada ser humano, porque ali se encontram os registros das patogenias – esclareceu Mattos, que colocou o site www.webtrade.com.br/ibmq à disposição dos interessados no tema.

A maioria dos desequilíbrios, observou, decorre em geral da má alimentação e da oxigenação deficiente dessa célula/átomo, pois, segundo informou Mattos, a população mundial vive, atualmente, em ambientes com níveis de oxigênio menores do que o recomendado pelas organizações de saúde, de 21%. Em São Paulo, por exemplo, o nível varia de 8% a 15%. Na época do descobrimento do Brasil, o nível era de 30%, comparou.

Esses baixos percentuais contri-

buem para a má oxigenação celular, que é uma das causas, segundo afirmaram os especialistas, da formação de alguns tipos de câncer.

O médico Nelson Modesto (modeston@terra.com.br), especialista em clínica médica e imunoncologia, contou que, durante 30 anos, trabalhou somente no âmbito da medicina convencional e, depois de um seminário com Mattos, passou a estudar a medicina que qualificou como holística.

– Os médicos passaram a ser muito especializados e com isso perdeu-se a visão integral do ser humano, como se o corpo pudesse ser fragmentado – disse Modesto.

Ele explicou que a medicina quântica aplica técnicas que utilizam o eletromagnetismo, os minerais (cristais) e terapias biooxidativas.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirectTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica – Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica – Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Maria do Carmo quer agilizar correção de cadastros de crédito

Projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que assegura mais agilidade na correção de dados do consumidor em órgãos de proteção ao crédito poderá ser examinado em breve pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). É que o relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), já apresentou seu parecer à comissão, pedindo a aprovação da proposta, com emendas.

O projeto da senadora pretende reduzir de cinco dias para um máximo de 24 horas o tempo que os órgãos de proteção ao crédito terão para retirar de seus arquivos os dados de inadimplência dos consumidores, após a comprovação do pagamento da dívida.

A proposta cria ainda uma Certidão de Débitos, a ser expedida pelos serviços de proteção ao crédito. Caso seja aprovado pela CCJ, o projeto irá diretamente para a Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso ao plenário, porque sua votação é em caráter terminativo.

O objetivo de Maria do Carmo é



Maria do Carmo propõe mais proteção ao consumidor diante dos cadastros e bancos de dados

“promover mais rapidamente a regularização do cadastro do consumidor”. Na justificativa do projeto, ela destaca a exigência de que os órgãos de proteção ao crédito forneçam gratuitamente uma Certidão de Débitos, para atestar se o requerente tem ou não inadimplência.

— A finalidade é assegurar uma proteção mais efetiva aos consumidores no que concerne aos cadastros e bancos de dados que contenham informações a seu respeito — afirma a senadora.

Althoff propõe seguro para trabalhador temporário

Está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que estende os benefícios do seguro-desemprego aos trabalhadores temporários ou sazonais. O projeto altera a Lei 7.998, de 1990, para incluir “uma modalidade especial de seguro-desemprego que contemple os trabalhadores menos estáveis no mercado”.

Na justificativa da proposta, o senador sustenta ser justo estender o seguro-desemprego aos trabalhadores “contratados com menos formalidades” e que vivem “a insegurança dos empregos temporários”.

A proposta estabelece que terá direito ao seguro-desemprego o trabalhador sazonal ou contratado por

prazos curtos que tenha sido dispensado sem justa causa ou em função do término do prazo do contrato, desde que comprove, entre outras coisas, “ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a pelo menos três contratos de trabalho de, no mínimo, três meses cada, nos 36 meses imediatamente anteriores à concessão do benefício”. O trabalhador terá de comprovar também ter recolhido as contribuições previdenciárias referentes aos períodos trabalhados e preenchido os requisitos já previstos na legislação.

O projeto de Althoff prevê o pagamento de seguro-desemprego no valor de um salário-mínimo a ser pago durante três meses, após cada período aquisitivo de 36 meses. Ou seja, a cada três anos o trabalhador poderá solicitar três meses de seguro-desemprego, caso comprove ter trabalhado nesse período pelo menos nove meses, em pelo menos três contratos temporários.

O projeto será votado na CAS em caráter terminativo. Isso significa que, se for aprovado pela comissão, seguirá diretamente para apreciação da Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso de um décimo dos senadores para que seja submetido ao Plenário.



Projeto de Geraldo Althoff será votado na CAS em caráter terminativo

CPI do Futebol tenta cassar as liminares contra quebra de sigilo

Durante a convocação extraordinária do Congresso, a comissão trabalhará internamente, analisando os documentos já recebidos

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), informou na tarde de sexta-feira que a assessoria jurídica da CPI está enviando ao Supremo Tribunal Federal (STF) informações visando cassar as 12 liminares concedidas a dirigentes e clubes de futebol que suspendem a quebra de seu sigilo bancário.

Na quinta-feira a comissão repassou justificativas para a abertura das contas bancárias do Flamengo e do presidente do clube, Edmundo Santos Silva. A assessoria jurídica da CPI também já encaminhou informações referentes à empresa Rhumell, patrocinadora do Palmeiras, que ainda não teve analisado pelo STF o seu pedido de liminar contra a



Álvaro Dias prevê retomada dos depoimentos para depois de 15 de fevereiro

quebra de sigilo.

Álvaro Dias esclareceu que durante o período de convocação extraordinária do Congresso — de hoje a 14 de fevereiro — a CPI do

Futebol trabalhará internamente analisando os documentos já recebidos. Terminado esse período, serão retomadas as reuniões para coleta de depoimentos.

Empossados novos senadores do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte

Tomaram posse os senadores Tasso Rosado (PMDB-RN) e Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ). Tasso é segundo suplente do senador Fernando Bezerra, licenciado para ocupar o cargo de Ministro da Integração Nacional, cujo primeiro suplente, Agnelo Alves, foi eleito prefeito de Parnamirim, no Rio Grande do Norte. O engenheiro civil Nilo Teixeira Campos substitui o senador Artur da Távola, que foi ocupar a secretaria de Cultura da cidade do Rio de Janeiro.

A posse se deu na sala de reuniões da presidência, em cerimônia dirigida pelo 1º vice-presidente do Senado, senador Geraldo Melo (PSDB-RN). O senador Nilo Teixeira Campos expressou sua alegria em poder representar o Rio de Janeiro no Senado e destacou a dificuldade de substituir Artur da Távola, um político com perfil bas-



Os novos senadores Nilo Teixeira Campos e Tasso Rosado tomaram posse em cerimônia na sala de reuniões da presidência do Senado

tante diferenciado, um intelectual. Teixeira Campos informou ser político há 40 anos, já tendo sido prefeito, deputado estadual e secretário de Estado. “Servirei no Senado ao meu partido, ao povo do Rio e ao Brasil”, disse.

Já o novo senador Tasso Rosado frisou a grande responsabilidade que é substituir o ministro Fernando Bezerra. Rosado reco-

nheceu que não é fácil para um segundo suplente chegar a ocupar o cargo no Senado. “Talvez eu tenha uma missão a cumprir”, disse. O senador afirmou que seu principal objetivo será combater a miséria, a pobreza e as desigualdades sociais. Na opinião do senador, o Brasil é um país rico, mas que ainda não aprendeu a distribuir as riquezas que tem.

Senado votará projeto que visa evitar abusos do Fisco contra os contribuintes

O chamado Código de Defesa do Contribuinte, já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, impede a utilização de medida provisória para alterar a legislação tributária

Uma das matérias que aguardam deliberação do Senado em 2001 é o projeto, já aprovado pelos senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que institui mecanismos para resguardar os contribuintes em sua relação com o Fisco. A matéria ficou conhecida como o Código de Defesa do Contribuinte, e é de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

— Esse projeto vem ao encontro da necessidade de resgatar os direitos do contribuinte brasileiro, vítima contumaz de abusos por parte das fazendas públicas federal, estaduais e municipais — afirmou o senador Edison Lobão (PFL-MA) em seu parecer favorável à proposta.

A iniciativa de Bornhausen contém dispositivos que impedem

ações coercitivas na cobrança extrajudicial de tributos. O projeto acaba com a possibilidade de interdição de estabelecimentos comerciais e com a exigência de depósitos para a apresentação de recursos administrativos.

Além disso, o código determina que os impostos e contribuições devem obedecer ao princípio da anualidade e impede o uso de medidas provisórias para implementar alterações na legislação tributária.

Lobão emendou a proposta original por sugestão da secretária de Fazenda do município do Rio de Janeiro, Sol Garson, ampliando os prazos dados aos órgãos responsáveis pela arrecadação para resposta a consultas formuladas por contribuintes de 30 para 45 dias. Segundo o projeto, os



Autor do projeto, o senador Jorge Bornhausen diz que "a cidadania tem que avançar"

contribuintes não poderão ser autuados enquanto não houver resposta formal e fundamentada a essas consultas.

— A cidadania tem que avançar; não pode haver a continuidade

da coação ao contribuinte. Essa lei não é para o grande contribuinte, que tem condições de contratar os melhores advogados, mas para o pequeno — disse Jorge Bornhausen.

Valmir Amaral sugere a criação da Ouvidoria Geral

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) apresentou projeto de lei que cria a Ouvidoria Geral da República, que seria responsável pela defesa dos interesses individuais e coletivos contra atos ilegais, injustos ou omissões cometidos por órgãos da administração pública federal. A Ouvidoria Geral passaria a ser vinculada diretamente à Casa Civil da Presidência da República. Valmir Amaral disse que a Ouvidoria Geral irá modernizar e moralizar a administração pública e será um canal permanente de comunicação direta entre o cidadão e o governo. De acordo com o projeto de lei, caberá à Ouvidoria Geral "receber e apurar reclamações ou denúncias de cidadãos e instituições, com poderes para determinar aos órgãos competentes a abertura de sindicâncias, auditorias e inquéritos administrativos; recomendar a anulação ou



Valmir Amaral propõe que órgão receba e apure denúncias da população

correção de atos contrários à lei ou às regras da boa administração, além de propor medidas de aprimoramento da organização e das atividades da administração pública". O projeto de Valmir Amaral estabelece ainda que qualquer cidadão brasileiro poderá encaminhar denúncias, reclamações ou sugestões ao ouvidor-geral, que também terá poderes para requerer documentos, ouvir funcionários públicos e requisitar perícias.

CAE analisará proposta de áreas de livre comércio no PI

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinará este ano, em caráter terminativo, projeto do senador Freitas Neto (PFL-PI) que cria áreas de livre comércio de exportação e importação nos municípios piauienses de Parnaíba e Luiz Correia. O projeto, que está sendo reapresentado pelo senador, já foi aprovado pelo Senado em 1995 e, na Câmara, chegou a receber parecer favorável da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, mas foi arquivado em dezembro de 1998.

Pelo projeto, ficam isentas do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as mercadorias enviadas à área de livre comércio dos dois municípios destinadas à exportação, venda interna ou beneficiamento nos próprios municípios; à instalação e operação de turismo; à estocagem para comercialização no mercado externo; às atividades de construção e reparos navais; e também as bagagens acompanhadas de viajantes, desde que observados os limites fixados pela Receita Federal.

Em sua justificativa, o senador argumenta que o Piauí é o único estado nordestino a não ter sua capital localizada no litoral. Por isso, disse ele, os municípios litorâneos enfrentam até hoje problemas deri-



Freitas Neto pretende estimular o desenvolvimento do litoral piauiense

vados do afastamento das principais rodovias e dos centros de tomada de decisão. A carência de infraestrutura econômica e social refletiu-se também sobre o turismo. O parlamentar argumenta que os 66 km do litoral piauiense apresentam grande potencial turístico, mas a distância da capital, de 350 km, inviabiliza seu aproveitamento.

Para ele, a criação da área de livre comércio compensaria duplamente essa "carência histórica". Por um lado, asseguraria ao litoral piauiense a infraestrutura necessária para estimular o acesso e a permanência de turistas. Por outro, forneceria atrativos a uma área capaz de garantir produtos em condições compensatórias de mercado.

Projeto facilita cancelamento dos registros de imóveis

Para combater a grilagem de terras no país, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou projeto de lei que permite o cancelamento por simples processo administrativo dos registros de imóveis baseados em documentos falsos ou negócios fraudulentos. A legislação atual sobre registros de imóveis só permite o cancelamento quando ele é determinado por sentença judicial.

O projeto de lei está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se for aprovado, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que sua apreciação pelo Plenário seja requerida por um décimo dos senadores. A proposição de Ademir Andrade prevê, ainda, a possibilidade de os cartórios cancelarem *ex officio* um registro nulo, definindo com maior clareza os atuais dispositivos da Lei de Registros Públicos.

— Dessa forma, também os órgãos do poder público, conforme a jurisdição a que o imóvel esteja sujeito, poderiam pedir diretamente ao cartório de registro o cancelamento de registro irregular através da via administrativa em vez da judicial — explica o senador Ademir Andrade.

O projeto também obriga os cartórios de registros a consultarem os órgãos fundiários em quaisquer registros e a parte interessada a apresentar a certidão de regularidade cadastral.

— Esta, sem dúvida, é a principal mudança, pois, pela proposta apresentada, nenhum registro poderá ser feito sem que o imóvel esteja matriculado e cadastrado nos órgãos fundiários do país — destaca o parlamentar.



Com a proposta, Ademir quer combater a grilagem de terras e as fraudes imobiliárias